

Um novo mecanismo internacional, sugere o N.Y. Times.

John Alius, correspondente em Nova York.

O jornal *The New York Times* sugeriu hoje a criação de um novo mecanismo internacional para assumir os empréstimos dos bancos privados a países devedores, como o Brasil.

Num editorial intitulado "Excesso de dívidas, excesso de crises", o *Times* diz:

"A quantas crises mais o sistema financeiro mundial será capaz de sobreviver? A estabilidade política de todos os lugares depende de o sistema sobreviver a cada desafio, mas as suas possibilidades neste sentido diminuem a cada novo choque".

"O Brasil, que tem a maior dívida do mundo, está necessitando de ajuda pela segunda vez este ano. A Argentina, o terceiro maior país devedor do mundo, também necessita de outra rápida infusão. As Filipinas parece que irão necessitar de outra ajuda brevemente. O simples fato de que três dos principais devedores se encontram novamente em dificuldades, pouco tempo depois de terem sido supostamente bem socorridos, já deveria ser o suficiente para indicar que os resgates do tipo remendo não são suficientes."

"Os países em desenvolvimento devem a bancos privados do Exterior, a governos e a agências internacionais um total de aproximadamente setecentos bilhões de dólares. Metade desta dívida encontra-se centralizada na América Latina. Só os juros já são o suficiente para consumir cerca de metade dos rendimentos anuais de exportação do Brasil e da Argentina."

"A solução mais segura para todos os interessados está numa vigorosa expansão das exportações dos países devedores. Mas isto depende de uma forte recuperação econômica nos países que compram as mercadorias deles; uma recuperação do tipo que está sendo visível apenas nos Estados Unidos."

"Outras soluções não oferecem tantas seguranças de funcionamento; e todas elas são dolorosas."

"Uma delas seria a renúncia em relação a uma onda de *defaults* (incapacidade de pagamentos), deixando-se de usar dinheiro bom para tentar recuperar um dinheiro ruim. Os falidos, evidentemente, não conseguiriam obter mais empréstimos em outros lugares; os preços em termos humanos seriam

elevados, e as consequências políticas poderiam ser revolucionárias. Além disso, os bancos, que são os credores destas dívidas, teriam de ser resgatados, o que implicaria num custo considerável às economias industriais. Grandes *defaults* poderiam não representar o fim do mundo, mas certamente criariam muitas confusões."

"Uma segunda opção seria continuar no caminho atual, abordando-se cada crise de um país devedor de forma isolada e separada. Isto funcionou razoavelmente bem quando relativamente menos países estavam em más condições, e quando a economia mundial era mais robusta. Porém, atualmente, mais de quarenta países estão em dificuldades e a economia mundial está lenta."

"Todos estes resgates individuais envolvem novos empréstimos por parte do Fundo Monetário Internacional que, por sua vez, exige medidas de austeridade para reduzir a inflação — redução de gastos governamentais e restrições às importações. Mas como fazer para aumentar as exportações, quando tantos países estão reduzindo simultaneamente suas importações, impedindo o crescimento até mesmo nos países mais prósperos?"

"Uma terceira possibilidade seria a de criar um novo mecanismo internacional para assumir os empréstimos dos bancos particulares, ampliar as programações dos pagamentos e reduzir as taxas de juro. Mas os banqueiros privados não querem assumir prejuízos em relação às suas dívidas abaladas. Seus governos temem o custo de assumir estas dívidas e os bancos centrais acham que não é saudável adiar o aperto dos cintos dos devedores."

"Mesmo assim, uma certa ação coordenada provavelmente se tornará necessária. As sucessivas operações de resgate do México, da Argentina e do Brasil foram impressionantes. E um aumento da contribuição norte-americana ao FMI, que está sendo bloqueada pelo Congresso, poderia aliviar uma parte do nervosismo. Mas cada nova crise lança dúvidas quanto ao acerto do que já foi feito. Ela aumenta os custos de se fazer mais ainda e os perigos de que aquilo que pode ser feito poderá não ser o suficiente na próxima vez."

Avais no Exterior agravam situação do IAA

O Instituto do Açúcar e do Alcool já está sendo chamado a desembolsar de US\$ 300 a 500 milhões em avais concedidos a empresas privadas que não estão honrando seus compromissos no Exterior. A informação foi dada ontem em Brasília por fonte do Ministério da Indústria e do Comércio, ao antecipar que, em consequência, a situação do IAA só deverá agravar-se.

A justificativa para os atrasos apresentada pelas empresas é que não suportam mais os custos financeiros sobre suas dívidas; 80% da receita real das empresas destinam-se atualmente ao pagamento de juros. Aliás, este foi o desabafo do deputado Ricardo Fiuza (PDS-PE), que esta semana foi ao MIC acompanhado de comitiva de usineiros pernambucanos para discutir o assunto.

Diante da obrigação de ter de cumprir os avais não honrados por empresas privadas, o IAA está encontrando dificuldades devido à falta de caixa. Esta escassez cresce na medida em que se agrava a situação do açúcar no mercado internacional, com os preços depri-

midos e com tendência à redução das cotações porque o mercado está superabastecido e os países produtores não chegam a um acordo para recuperá-los, como ocorreu recentemente em Londres.

Os preços deprimidos no mercado internacional (entre oitô e nove centavos de dólar por libra-peso - 453 gramas), confrontados com o custo de produto crescente no setor açucareiro, obrigam o governo a gastar mais com subsídios.

O ministro Camilo Pena é favorável ao aumento dos preços para permitir maior capitalização das empresas e, conseqüentemente, menor dependência ao governo e maior capacidade de cumprir seus compromissos, que é o que está deixando de ser feito em relação aos avais concedidos pelo IAA e não honrados por empresas exportadoras.

Entretanto, o combate à inflação não permite que os preços relativos do setor açucareiro capitalizem as empresas. Por isso, a fonte ministerial disse que a questão dos avais agravada pela crise financeira já existente pode precipitar uma crise maior.